



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete do Deputado Rodrigo Gambale – PODE/SP**

## **COMISSÃO DE SAÚDE**

### **PROJETO DE LEI Nº 2.313, DE 2023**

Apensado: PL nº 2.515/2023

Altera a Lei nº 12.732, de 22 de novembro de 2012, para que seja vedada a interrupção ou suspensão indevida do tratamento da neoplasia maligna no Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo-se a continuidade no fornecimento dos medicamentos e equipamentos necessários.

**Autor:** Deputado FÁBIO TERUEL

**Relator:** Deputado RODRIGO GAMBALE

## **I - RELATÓRIO**

O Projeto de Lei nº 2.313, de 2023, de autoria do Deputado Fábio Teruel, pretende alterar a Lei nº 12.732, de 22 de novembro de 2012, para que seja vedada a interrupção ou suspensão indevida do tratamento da neoplasia maligna no Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo-se a continuidade no fornecimento dos medicamentos e equipamentos necessários.

O autor da proposição justifica sua iniciativa citando a alta frequência do câncer como causa de morte, e a necessidade de continuidade do tratamento. Aponta, ainda, que diversos tratamentos no âmbito do SUS têm passado por longos períodos de interrupção devido a atrasos no cronograma de entrega de medicamentos pelo Ministério da Saúde, com grande impacto no sucesso do controle do câncer.

Foi apensado ao projeto original:





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete do Deputado Rodrigo Gambale – PODE/SP**

2

- PL nº 2.515/2023, de autoria dos Deputados Weliton Prado e Silvia Cristina, que altera a Lei nº 12.732, de 2012, para prever que medicamentos antineoplásicos incorporados ao SUS deverão ser disponibilizados no prazo máximo de noventa dias e dá outras providências.

Os Projetos, que tramitam sob o rito ordinário, estão sujeitos à apreciação conclusiva pelas Comissões. Foram distribuídos à Comissão de Saúde, para exame de mérito; e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para aferição da constitucionalidade, da juridicidade e da técnica legislativa (art. 54 RICD).

Ao fim do prazo regimental, não foram apresentadas emendas aos projetos nesta Comissão.

É o relatório.

## **II - VOTO DO RELATOR**

O Projeto de Lei nº 2.313, de 2023, de autoria do Deputado Fábio Teruel, pretende alterar a Lei nº 12.732, de 22 de novembro de 2012, para que seja vedada a interrupção ou suspensão indevida do tratamento da neoplasia maligna no Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo-se a continuidade no fornecimento dos medicamentos e equipamentos necessários.

O autor da proposição justifica sua iniciativa citando a alta frequência do câncer como causa de morte, e a necessidade de continuidade do tratamento. Aponta, ainda, que diversos tratamentos no âmbito do SUS têm passado por longos períodos de interrupção devido a atrasos no cronograma de entrega de medicamentos pelo Ministério da Saúde, com grande impacto no sucesso do controle do câncer.





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete do Deputado Rodrigo Gambale – PODE/SP**

3

Foi apensado ao projeto original o PL 2.515, de 2023, que pretende garantir que medicamentos antineoplásicos incorporados ao SUS sejam disponibilizados no prazo máximo de noventa dias, e que ocorra aquisição das novas tecnologias pelo Ministério da Saúde.

O câncer é um dos maiores desafios para a saúde pública mundialmente, por sua alta frequência e significativa mortalidade. Apesar dos avanços científicos obtidos na eficácia dos medicamentos, o acesso ainda é limitado e lento.

Após uma incorporação no Sistema Único de Saúde (SUS), às vezes demora mais de um ano para o medicamento ser efetivamente disponibilizado para o usuário. Ademais, não é raro de ocorrerem períodos de interrupção do tratamento por falta dos produtos ou de recursos humanos suficientes.

Como bem apontado pelo autor do projeto principal, estudos têm demonstrado que, a cada quatro semanas de atraso no tratamento do câncer, o risco de morte pode aumentar em até 13%.

Ademais, a pesquisa de novos medicamentos publica seus resultados considerando a continuação do tratamento desde seu início. Desta forma, é possível que essas interrupções comprometam significativamente as chances de cura.

Neste contexto, os projetos sob análise se mostram muito relevantes e oportunos. Depois de toda a luta para se fechar um diagnóstico, nada mais justo do que garantir a realização do tratamento mais eficaz, e a sua continuidade.

Portanto, ofereceremos substitutivo reunindo as propostas, mantendo seus objetivos integralmente.

Pelas razões expostas, reconhecendo o mérito e a oportunidade das proposições, voto pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete do Deputado Rodrigo Gambale – PODE/SP**

4

2.313, de 2023, e pela aprovação do apensado, PL nº 2.515, de 2023, **na forma do substitutivo anexo.**

Sala da Comissão, em 11 de setembro de 2023.

Deputado **RODRIGO GAMBALE** – PODE/SP  
Relator

Apresentação: 20/09/2023 09:59:10.540 - CSAUDE  
PRL 1 CSAUDE => PL 2313/2023

PRL n.1



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237817538800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rodrigo Gambale





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete do Deputado Rodrigo Gambale – PODE/SP**

5

**COMISSÃO DE SAÚDE**

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.313, DE 2023**

Apensado: PL nº 2.515/2023

Altera a Lei nº 12.732, de 22 de novembro de 2012, que dispõe sobre o primeiro tratamento de paciente com neoplasia maligna, para vedar a interrupção ou suspensão indevida do tratamento, e para determinar prazo de fornecimento de tratamentos do câncer incorporados ao Sistema Único de Saúde (SUS).

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** O art. 2º da Lei nº 12.732, de 22 de novembro de 2012, passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

“Art. 2º .....

§4º Fica vedada a interrupção ou suspensão indevida do tratamento da neoplasia maligna, devendo o Sistema Único de Saúde (SUS) garantir o fornecimento dos medicamentos e equipamentos necessários para a continuidade do tratamento.”  
(NR)

**Art. 2º** A Lei nº 12.732, de 22 de novembro de 2012, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 2º-A:

“Art. 2º-A As tecnologias em saúde relacionadas ao tratamento de neoplasias malignas que forem incorporadas ao Sistema Único de Saúde deverão ser disponibilizadas aos pacientes com câncer no prazo máximo de noventa dias.





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete do Deputado Rodrigo Gambale – PODE/SP**

6

§ 1º A União será responsável pela aquisição das tecnologias de que trata este artigo pelo prazo de cinco anos contados da data da decisão de incorporação.

§ 2º Quando não houver disponibilidade financeira para a aquisição e dispensação de medicamentos antineoplásicos incorporados ao Sistema Único de Saúde, a União deverá enviar ao Congresso Nacional projeto de lei solicitando autorização para a abertura de créditos suplementares para esta finalidade.

§ 3º O projeto de lei orçamentaria anual deverá informar quais os valores destinados à aquisição de cada medicamento antineoplásico para pacientes com câncer disponíveis no Sistema Único de Saúde.”

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação.

Sala da Comissão, em 11 de setembro de 2023.

Deputado **RODRIGO GAMBALE** – PODE/SP  
Relator

